

Sociedades

A AGENDA VERDE DOS ESCRITÓRIOS DE ADVOGADOS

Em 2020, Lisboa é a Capital Verde Europeia. Numa era onde as alterações climáticas são um tema diário, a *Advocatus* explica como é que as sociedades de advogados estão a acompanhar o assunto.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Ilustração **LOUISE FARIAS**



1'1 TWh foi o valor recorde de produção fotovoltaica registado em 2019 pela REN. Um valor que começa a denotar a preocupação do país com as alterações climáticas e com o impacto que estas podem ter no dia-a-dia dos cidadãos.

Ainda que na lista das 100 empresas mais sustentáveis do mundo, segundo o ranking Global 100 Most Sustainable Corporations, não figure nenhuma portuguesa, 49 são europeias e, destas, três têm sede em Espanha mas também marcam presença ativa em Portugal: Iberdrola, Acciona e Inditex.

Mas as empresas portuguesas já começaram a adotar práticas mais amigas do ambiente no desenvolvimento das suas atividades.

“As empresas estão cada vez mais cientes não só da importância do seu papel no que diz respeito às alterações climáticas, mas também da importância da sustentabilidade em geral nas suas cadeias de valor e modelos de negócio”, explicou João Wengorovius Meneses, secretário-geral da BCSD, associação empresarial dedicada ao desenvolvimento sustentável.

A BCSD Portugal defende que, para além da transformação digital, a transição para a sustentabilidade dos modelos de negócios será a “maior transformação empresarial do século XXI”.

À *Advocatus*, as sociedades de advogados garantiram que um ambiente mais ecológico e sustentável é uma das preocupações.

“O setor privado tem uma missão e um contributo essencial a dar para um ambiente mais ecológico e um mundo mais sustentável, *lato sensu*”, refere Bruno Ferreira, sócio responsável pela área de impacto social da PLMJ.

A PLMJ considera que as questões da sustentabilidade são um pilar da sua in-

tervenção. Entre as várias políticas desenvolvidas pela firma, destaca-se o “projeto-piloto com a MyPolis, onde através de uma plataforma de cidadania, os colaboradores podem sugerir, votar e implementar iniciativas de sustentabilidade e impacto social”, explica Bruno Ferreira.

Na Vieira de Almeida (VdA) foi fundado há cerca de dez anos um programa de sustentabilidade ambiental, o Projeto Verde. Segundo Manuel Gouveia Pereira, associado coordenador, o projeto tem como principal objetivo “mobilizar toda a firma e gerar alterações de comportamentos dos colaboradores, minimizando o impacto e a pegada ambiental da operação da firma, com um foco especial no consumo de energia e de água, na produção de resíduos e utilização de materiais e, ainda, nos transportes”.

Também a GPA sublinhou à *Advoca-*

Com medidas mais ‘verdes’, as sociedades admitem assumir cada vez mais uma postura ‘eco-friendly’, o que beneficia não só o ambiente, mas também a própria firma.

tus que a missão de 2020 estende-se à comunidade que os rodeiam, assumindo a sustentabilidade ambiental e social. “A sustentabilidade, em todas as suas vertentes deverá ser um objetivo global para o qual todos temos a obrigação de contribuir”, nota Sofia Gouveia Pereira, *managing partner* da GPA.

Por outro lado, a Abreu Advogados considera que é o seu dever adotar soluções que reduzam a pegada ecológica da firma. “A área de atividade da advocacia é geradora de impactes ambientais sobretudo através de emissões de CO2 relacionados com as deslocações em trabalho, o consumo de papel, e com o gasto de energia usada no escritório”, explica Pedro Pais de Almeida, sócio e responsável pela comissão de sustentabilidade.

João Wengorovius Meneses está ciente que o conceito de empresa mudou. “As empresas estão cada vez mais sensibilizadas por via de uma regulamentação que é mais exigente, mas também devido às expectativas crescentes dos seus *stakeholders*”, nota.

Com medidas mais ‘verdes’, as sociedades admitem assumir cada vez mais uma postura ‘eco-friendly’, o que beneficia não só o ambiente, mas também a própria firma.

“Internamente, os resultados das medidas adotadas traduzem-se na atenuação da nossa pegada ecológica. Entre 2018 e 2019, reduzimos o consumo de água em 13% e tivemos um decréscimo de consumo de CO2 por colaborador de 8%. Desde 2015, o consumo de CO2 em viagens de comboio diminuiu 21% e o consumo de papel diminuiu 69%”, explica o sócio da Abreu Advogados.

Na sociedade liderada por João Vieira de Almeida a adoção de uma postura ‘eco-friendly’, através do Projeto Verde, é importante porque une todos os colaboradores à volta de um objetivo comum, criando um “forte sentido de cidadania e de pertença à comunidade”.

Manuel Gouveia Pereira partilhou também com a *Advocatus* que os clientes e *stakeholders* gostam que a firma adote medidas de sustentabilidade ambiental e desenvolva e apoie projetos externos, como o “Projeto Gorongosa, em Moçambique, que envolve o equipamento de cinco escolas na Zona de Desenvolvimento Humano do Parque Nacional da Gorongosa, com uma componente de sensibilização ambiental da população local para a importância de preservar esta área protegida, única a nível mundial”.

Ainda assim, nem sempre é fácil garantir que as atividades do escritório respeitam o meio ambiente. A PLMJ possui uma política “rigorosa” de seleção dos



SABIA QUE...

Orsted

É a empresa mais sustentável do mundo em 2020 e é o maior grupo energético dinamarquês, detido pelo Estado do norte da Europa.

parceiros tecnológicos e fornecedores, garantindo assim que “as soluções que são utilizadas já têm essa chancela logo à entrada”.

Na GPA foi criado um grupo de trabalho para a área da sustentabilidade ambiental. “Para além dos sócios e da equipa de gestão do escritório, temos colaboradores deste grupo de trabalho empenhados em propor, executar e garantir o bom funcionamento das práticas de sustentabilidade ambiental”, nota a *managing partner*.

Por outro lado, na Abreu Advogados vários são os mecanismos que asseguram que as suas práticas respeitam o ambiente. Desde a inserção no programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o Global Compact, até recentemente à assinatura do “Business Ambition for 1.5°C – Our Only Future” - compromisso que incentiva a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e a transição para uma economia de baixo carbono – a sociedade garante assim práticas verdes.

“Há dez ou vinte anos a sustentabilidade começou por ser vista como um ‘nice to have’ pelas empresas – inclusive, muitas confundindo-a com responsabilidade social ou, mesmo, relações públicas. Porém, hoje é, cada vez mais, considerada um ‘must have’. As empresas já perceberam que ou têm cadeias de valor e modelos de negócio sustentáveis, ou perdem a licença para operar e ferem de morte a sua competitividade, no curto e longo prazos”, garante à *Advocatus* o secretário-geral da BCSD.

ABREU ADVOGADO: DO PROGRAMA PAPER@LESS AO PRO BONO

A Abreu Advogados foi o primeiro escritório a apresentar dados da sustentabilidade, segundo lembrou a firma à *Advocatus*. Através do Relatório de Sustentabilidade no respeito pelas diretrizes da GRI – Global Reporting Initiative, a sociedade foi ainda a primeira entidade

no setor da justiça em Portugal.

Redução de utilização de plástico, política dos três R’s, programa Paper@less – sensibilização ao consumo de papel - ou até a promoção de medidas de eficiência elétrica e consumo de água são algumas das medidas levadas a cabo pela firma.

Segundo Pedro Pais de Almeida, a sociedade pugna ainda por opções de viagem que minimizem o consumo de CO2, desenvolve parcerias com organizações que promovam medidas de combate às alterações climáticas, assessora juridicamente empresas e associações ambientais, e a presta apoio pro bono a projetos e associações ambientais, como a Thirst Project.

“A proteção e promoção do respeito pelo ambiente fazem parte da cultura da Abreu Advogados, que conta com a experiência da nossa área de prática dedicada ao Direito Público e Ambiente, responsável, entre outros projetos relevantes, pela assessoria jurídica do primeiro Fundo de Carbono português”, assegura o sócio.

GPA TÊM DUAS IMPORTANTES METAS ATÉ 2030

Também na GPA várias são as medidas adotadas de forma a tornar a empresa menos poluidora do ambiente. Instalaram iluminação LED, eliminaram os plásticos de utilização única, promoveram a aquisição de materiais e produtos sustentáveis certificados e têm realizado

ciclos de formação, internos e externos, sobre a sustentabilidade, como seguros e responsabilidade ambiental, fiscalidade verde e direito da energia.

A sociedade de advogados possui duas metas até 2030. A primeira é reduzir os resíduos sólidos urbanos produzidos, com “primordial redução de consumos de papel com um maior recurso às novas tecnologias”. A segunda meta é aumentar o envio de resíduos para reciclagem, para isso a sociedade quer colocar mais pontos de reciclagem nas instalações.

“Já implementámos algumas campanhas de sensibilização e formação junto dos nossos colaboradores sobre o empenho da GPA em prosseguir esta via, nomeadamente sobre os impactos das medidas acordadas no Acordo de Paris”, explica Sofia Gouveia Pereira, *managing partner*.

NA PLMJ HÁ UMA MEDIDA NOVA POR MÊS

Na sociedade liderada por Luís Pais Antunes será implementada uma medida ecológica por mês, durante 2020. “Em concreto, damos destaque ao fim da utilização dos copos de papel/plástico e palhinhas de plástico nas máquinas de café e água, assim como na disponibilização de micro pilhões em todos os pisos”, refere Bruno Ferreira.

O sócio da PLMJ refere ainda que a firma recorre à tecnologia para “fomentar práticas mais conscientes do ponto de vista ecológico e que permitam a redução de consumo de papel, monitorizando e tomando conhecimento dos dados por colaborador”.

Desde a mudança das instalações para o FPM, a PLMJ doou móveis antigos, enviou mais de 460 kg de papel e cartão para reciclagem e “ainda um total de 14.780kg em volume de monstros entregues para reciclagem”.

“A equipa de impacto social da PLMJ desenhou um plano de ações e iniciativas internas no âmbito da sustentabilidade que, no seu âmbito, tem os próprios

colaboradores da PLMJ como veículos de promoção do *mindset* que queremos que seja transversal à sociedade”, nota Bruno Ferreira.

NA VDA O OBJETIVO É ALCANÇAR O ESTATUTO ‘CARBONO ZERO’

Também na VdA existe um objetivo bem claro a alcançar, o “reconhecimento do estatuto ‘carbono zero’”. “A mudança, em 2017, para as nossas novas instalações foi uma oportunidade única para implementar e adotar inúmeras medidas inovadoras e ambiciosas na gestão do edifício”, explica Manuel Gouveia Pereira.

Entre a instalação de painéis solares e de energia renovável autoproduzida ao sistema de iluminação inteligentes e uso generalizado de tecnologia LED, a sociedade liderada por João Vieira de Almeida destaca também a “separação de resíduos, a utilização de pilhas recarregáveis, a gestão adequada de óleos alimentares usados, a eliminação de plásticos de utilização única e a instalação de um *Power Dot*, na garagem, que constitui o arranque do projeto de mobilidade sustentável, com pontos de carregamento para veículos elétricos”.

Em conversa com a *Advocatus*, o associado coordenador da VdA explicou que a monitorização da pegada de carbono é divulgada todos os trimestres aos colaboradores através de um “barómetro verde”.

“Realizámos diversas [atividade] de ação de *team building* e de compensação das emissões na Zona de Carbono Zero da VdA na Tapada de Mafra (31 ha), que tem uma capacidade de sequestro de carbono estimada em 60t de CO₂, em que os colaboradores são sensibilizados para a compensação de emissões de CO₂ que é alcançada”, acrescenta.

SOCIEDADES VERDES ATÉ NAS INSTALAÇÕES

Mas as preocupações destas sociedades de advogados são visíveis também através das suas instalações. Na PLMJ, o edifício FPM41 foi “projeto a pensar no futuro”. Com um sistema de reaproveitamento de água dos lavatórios para os autoclismos e sistema de autoalimentação dos eleva-

dores, o edifício conta também com certificado *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED).

No FPM41 “a ventilação e iluminação do edifício são realizadas de forma natural, através de um total de 48 janelas com abertura e fecho automático, e descida e subida blackouts automáticos, procurando a temperatura e luminosidade ideais”, explica Bruno Ferreira, que acrescenta ainda que a energia do edifício é alimentada pelos painéis fotovoltaicos que foram o topo do FPM41.

Mas também nas instalações da VdA a luz natural é bastante importante, bem como os espaços abertos, os arranjos paisagísticos dos pátios e jardins interiores. Na sociedade existem ainda pontos de separação de resíduos existentes nos *meeting points*, gabinetes e zonas comuns e utilizam-se garrafas e copos de vidro nas salas de reunião.

Com a recente mudança para Alfama, a Abreu Advogados equipou o edifício com um “sistema domótico com controlo de luminosidade em todas as zonas comuns, de acordo com ocupação e com a luz natural”, explica Pedro Pais de Almeida. Segundo o sócio, existe ainda um sistema de controlo de temperatura, um sistema de monitoramento de vazamentos de água, janelas e caixilhos mãos efi-

cientes e painéis solares nos balneários.

João Wengorovius Meneses assegura que para tornar os espaços de trabalho mais ecológicos existem dois tipos de iniciativas importantes: umas “relacionadas com o hardware (i.e. os equipamentos e as infraestruturas)” e outras relacionadas com o software (i.e. as pessoas e os seus comportamentos)”.

LISBOA, A CAPITAL VERDE EUROPEIA EM 2020

Em 2020 Lisboa foi considerada a Capital Verde Europeia. Durante este ano são desenvolvidas várias ações e atividades, que inclui a plantação de 20 mil árvores, exposições e conferências.

Estando o país sob os olhares europeus, pelo menos durante um ano, o que farão as sociedades de advogados para acompanhar a capital?

“Desde o início que PLMJ e a Fundação PLMJ manifestaram interesse na coadjuvação impactante em prol das ini-

Em 2020 Lisboa foi considerada a Capital Verde Europeia. Durante este ano são desenvolvidas várias ações e atividades, que inclui a plantação de 20 mil árvores, exposições e conferências.



ciativas Lisboa Cidade Verde Europeia 2020. Saliente-se a parceria mecenática enquadrada na quarta edição do concurso Portuguese Emerging Art (Edição Verde), dirigida a artistas com nacionalidade portuguesa ou que vivam e trabalhem em Portugal”, refere o sócio responsável pela área de impacto social da firma.

Também a GPA aderiu ao compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030. “Para além da formalização deste compromisso a GPA pretende fomentar o seu envolvimento com a criação de ações que possam ser levadas a cabo em parceria com a CML para fomentar o sucesso desta iniciativa”, nota a *managing partner*.

Para 2020 a VdA passará a consumir energia 100% verde, “exclusivamente proveniente de fontes de energia renovável”, o que permitirá reduzir a sua pegada de carbono.

A Abreu Advogados pretende reforçar a consciência ambiental de todos os colaboradores através de campanhas e não só. “Por outro lado, temos planeado a implementação de medidas que promovam a utilização de transportes públicos, de mobilidade partilhada e de veículos elétricos. É nosso compromisso desenvolver ações e aplicar estratégias que possam contribuir para um mundo melhor”, assegura Pedro Pais de Almeida. ●

CONSELHOS SUSTENTÁVEIS PARA AS EMPRESAS, POR JOÃO WENGOROVIVUS MENESES

1. Assegurar a existência de **capacidade interna**: idealmente uma equipa (eventualmente, uma pessoa apenas), responsável por liderar a jornada para a sustentabilidade.
2. Proceder a uma **análise interna**, a um diagnóstico dos desafios e do grau de incorporação da sustentabilidade ao longo da cadeia de valor da empresa, nas vertentes ambiental, social e de *governance*. A auscultação dos *stakeholders* ao longo deste processo e a identificação dos temas materialmente mais relevantes serão aspetos críticos nesta fase.
3. Desenhar uma **estratégia**, com metas assentes num **sistema de indicadores** para monitorização regular. Relativamente aos indicadores a adotar, há vários *standards* internacionais que podem ser adotados. Deverá ainda ser feito um esforço de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.
4. Só com uma estratégia delineada e indicadores que permitam a monitorização da performance da empresa no domínio da sustentabilidade será possível dar início ao **relato** periódico e permanente, eventualmente sob a forma de relatório integrado ou de relatório de sustentabilidade.
5. Realização de **ações** concretas, que deverão ter um cronograma e um orçamento associados para a respetiva implementação, por exemplo, a adoção de certificações no domínio da sustentabilidade.
6. As certificações dividem-se em três tipos: de produtos/serviços, de processos e de organizações. Há que fazer uma escolha inteligente das **certificações** que poderão ser geradoras de maior valor, tanto do ponto de vista do cliente, como da estratégia da empresa no domínio da sustentabilidade. Paralelamente, e em fases mais adiantadas da jornada para a sustentabilidade, a empresa poderá ponderar também a cotação em índices internacionais (bolsistas ou não) do domínio da sustentabilidade.
7. Por último, será muito importante ter presente que nenhuma estratégia para a sustentabilidade será bem-sucedida sem: i) a liderança pela gestão de topo, ii) o envolvimento de todas as áreas e hierarquias da empresa, iii) competências internas no domínio da sustentabilidade e iv) reflexos materialmente relevantes na alocação de recursos e nas decisões quotidianas da empresa. Sem *‘walk the talk’* nunca haverá sustentabilidade.

João Wengorovivus Meneeses assegura que para tornar os espaços de trabalho mais ecológicos existem dois tipos de iniciativas importantes: umas “relacionadas com o hardware” e outras relacionadas com o software.